



Reunião conjunta TUAC/CSI/GLOBAL com responsáveis do FMI e Banco Mundial

UGT apresenta a sua visão sobre a aplicação do plano de ajustamento em Portugal

Na reunião conjunta TUAC/ CSI/ GLOBAL, realizada em Washington, entre os dias 4 e 6 de março, com os responsáveis do FMI e do Banco Mundial, os representantes da UGT sublinharam a estranheza causada por aquilo que consideram ser o divórcio entre as palavras e os actos dos vários representantes e interlocutores do FMI. Nomeadamente, tendo em conta a disparidade entre o que é afirmado pela Sra. Lagarde e os seus representados hierárquicos aos mais variados níveis de intervenção, designadamente aqueles que integram a Troika e que acompanham o programa de ajustamento em Portugal.

Por um lado, o FMI manifesta-se esperançoso com a possibilidade do crescimento e o emprego serem uma realidade. Mas, por outro lado, tudo faz para adiar, ou até impedir, a sua concretização.

Com efeito, Portugal foi forçado a um ajustamento que consiste, essencialmente, na desvalorização do valor do factor trabalho, o que levou a uma crescente pressão sobre os salários e as pensões e à crescente desregulação do mercado laboral, ao mesmo tempo que obrigou ao congelamento da negociação coletiva.

Na sua primeira intervenção, o secretário-geral da UGT, Carlos Silva, aludiu a essa discrepância nos discursos, sobretudo quando se fala na absoluta prioridade do crescimento económico e da criação de postos de trabalho. Contrariando os discursos do FMI, eis o caso português, onde os indicadores de 2011 são manifestamente mais favoráveis do que os atuais, quer ao nível da dívida pública, quer no número de desempregados, quer ainda ao nível das reduções salariais e das pensões, do empobrecimento, da estagnação do mercado interno, do bloqueio da negociação coletiva, entre outros indicadores económicos e sociais.

O dirigente perguntou aos directores do FMI o que achavam do facto do programa de ajustamento ter fracassado e, mesmo quando isso foi já admitido, não haver sequer um esforço para alterar o que está errado.

Carlos Silva sublinhou a intervenção, realizada na véspera pela Sra. Lagarde em Espanha, que considerou que não é apenas pelos baixos salários que se aumenta a competitividade da economia, até porque o peso dos custos laborais representam apenas 30% dos custos operacionais. E disse mais a Sra. Lagarde, ao referir que a consolidação fiscal e orçamental deverá ser realizada a longo prazo.

Ora o FMI exige ao governo português que a realize num curto prazo, o que provoca, como bem sabe esta instituição internacional, o aprofundamento das desigualdades, da exclusão social e da pobreza, contrariando o seu próprio discurso hipócrita quando vem afirmar neste encontro que "...devem os programas do FMI apoiar medidas de proteção aos mais vulneráveis."

Com tais políticas recessivas, não se vislumbra em Portugal uma clara tendência de crescimento económico, já que o mercado interno estagnou e não pode ser só à custa das exportações que vamos sair da crise e combater o flagelo do desemprego.

Catarina Tavares, secretária internacional da UGT, considerou que a maioria das medidas que foram concebidas para enfrentar a crise financeira e a dívida pública, tiveram um efeito desastroso na coesão social e no aumento das desigualdades.

Perante as tremendas consequências que estas políticas têm tido na vida dos portugueses, a dirigente questionou se era esta a única estratégia disponível para estimular a competitividade, aumentar o emprego e recuperar a solvência financeira.

Para alcançar o crescimento sustentado, Portugal necessita de investimento. Depois de 2 anos de políticas de austeridade que implicaram a desvalorização interna (feita basicamente à custa do factor trabalho), políticas que descapitalizaram as empresas num momento em que os bancos se tornaram crescentemente adversos ao risco, seria crucial recuperar o mercado interno e, nesta revitalização do mercado interno, o aumento do salário mínimo é um ponto incontornável.

Na sua segunda intervenção, Carlos Silva insistiu que a prioridade deve ser a de colocar dinheiro na economia, de forma a estimular o crescimento e o emprego e reduzir as desigualdades. O argumento de que o aumento do salário mínimo conduziria ao aumento do desemprego é uma falácia perigosa e transformou-se num mito com pés de barro, porque a economia está constantemente a destruir e a criar empregos e a análise de todos os parceiros sociais portugueses demonstra que a dinâmica introduzida pelo aumento do salário mínimo teria certamente um saldo positivo em termos de criação de emprego, sendo que o valor do salario mínimo português é o mais baixo da zona euro, o que não deixa de ser um argumento mais contra a pretensão do FMI em não subscrever o seu aumento, quanto mais defender a sua redução.

Carlos Silva sublinhou ainda a concordância dos parceiros sociais portugueses relativamente a esta matéria e frisou que o travão a esta medida tem vindo essencialmente de entidades supranacionais, nomeadamente a Troika. A este respeito, questionou a ditadura do poder financeiro sobre as instituições democráticas e uma certa reverência de alguns Estados, como Portugal, em relação às potências financeiras que comandam o FMI e o sistema financeiro, como a Alemanha, que põem constantemente em causa o valor da solidariedade e da coesão social, fatores determinantes na construção da União Europeia.

Nestas intervenções, a UGT foi apoiada pelos responsáveis máximos da TUAC (representantes sindicais do comité de consultores da OCDE) quer pelo seu secretário geral, Jonh Evans, quer pelo seu consultor económico, Peter Bakvis. Ficou assim clarificada a situação portuguesa nos fóruns internacionais, já que estiveram representantes de 26 países, dirigentes ao mais alto nível do FMI e do Banco Mundial, especialistas económicos e universitários e ainda o director do Conselho de assessores económicos do Presidente dos Estados Unidos, Jason Furman e um alto responsável da Reserva Federal, Daniel Tarullo.

Para finalizar, refira-se que os dirigentes da TUAC e da CSI insistiram com a UGT para um novo encontro, no mês de junho, com os vários países sob programas de ajustamento e os responsáveis do FMI que dirigem, ou dirigiram, esses programas.